

O 2021 ECONÓMICO UMA BREVE PERSPETIVA



PAULO PEREIRA

Economista - Presidente da Delegação da Madeira da Ordem dos Economistas

O ano de 2020 será para sempre lembrado por uma inédita situação na história da humanidade, que foi a paragem de grande parte da atividade económica humana na maioria dos países, em diferentes proporções quer de intensidade dos confinamentos, quer da sua duração/repetição. Inédita, pois nunca na história, nem em tempos de guerras, desastres naturais ou de pandemias de proporções bíblicas os políticos e os seus governos tomaram quase em uníssono a decisão de forçarem “shut downs” às respetivas economias, para mais em tempos de globalização, onde ninguém é independente em termos de cadeia de produção, depositando a sua confiança nas políticas monetárias para garantir a manutenção mínima do funcionamento dos níveis de consumo e funcionamento económicos que garantissem a estabilidade e paz social sempre associada ao bom desenvolvimento económico. Essas políticas nada têm de moderno e traduzem-se no uso dos “independentes” Bancos Centrais para realizarem de forma consecutiva (à medida que vão esgotando os seus efeitos sempre fugazes): baixa de taxas de juros para níveis nunca vistos; reforço dos programas de compra de ativos (*quantitative easings*) e por fim financiar diretamente deficits públicos que sustentem políticas de apoio artificial à economia. Mesmo quem não tem poder de “imprimir moeda” (que é o resumo de toda esta história) teve acesso a ela, como é o caso dos países da UE, logo Portugal e RAM. Sem esta política usada em escala nunca antes

experimentada, nada do que se assistiu em termos de confinamento teria sido possível, pois a falta de capacidade para adquirir bens e serviços levaria a realidade a se impor mais cedo: não há vida humana sem regular funcionamento da economia. A economia da RAM seguiu então o mesmo padrão: decisão de confinamento, com algumas flexibilizações sectoriais e completo “desligar” da atividade motor da economia, o turismo, que mesmo após a permissão para reabrir, encontra-se em estado praticamente vegetativo. A estratégia política foi sustentar a paz social mantendo a máquina económica a funcionar no que se quer crer serem os “mínimos” com moratórias bancárias, manutenção do poder de compra dos funcionários públicos, forte programa de *lay off* apoiado pela Seg. Social e facilitamento de contratação de linhas de crédito por parte das empresas. O sector privado madeirense é caracterizado por muitas micro e PMEs, que por definição são quase sempre fracamente capitalizadas e que por isso estão, passados estes 9 meses, a sentir perder a esperança na “bazuca”, nos “apoios”, nas “linhas protocoladas”, no prolongamento do *lay off*, nas “vacinas”, do fim das restrições ao funcionamento da economia, enfim, na sua sobrevivência. O funcionamento económico depende muito do sentimento de confiança e tem sido a “esperança” (e muita falta de alternativa) a aguentar as empresas. Assim, não é muito difícil prever que 2021 será um ano marcado pelo

aumento exponencial do número de insolvências de micro e PMEs, com forte aumento do número de desempregados. A inflexibilidade e inadequação ao mundo real da lei do trabalho e das insolvências reforçará a existência de inúmeras empresas *zombie*, mortos-vivos, que se arrastarão penosamente no mercado, praticando concorrência “desleal” às outras empresas. Para os desempregados, a ferramenta histórica de se emigrar para outros mercados estará muito condicionada pela contração que as economias estrangeiras estarão também a sentir (a acrescer ao Brexit). Menos empresas com menor capacidade (real e legal) de funcionarem, significará menos oferta de bens e serviços à economia a um nível de *break even* mais alto, pelo que o aumento generalizado dos preços será sentido pelas pessoas reais (ainda que não pelos “índices”). Contudo a recuperação da economia acontecerá e em termos macro será já sentida em 2021, mas na microcidade das empresas e das muitas famílias que delas dependem diariamente, o processo não será assim, sendo que para as sobreviventes, o processo será penoso, demorado e consumidor de tesouraria, em empresas e empresários descapitalizados, pelo que no fim do processo de recuperação (2/3 anos), teremos um tecido empresarial mais pequeno mas muito mais endividado, com um governo maior e também ele mais endividado.